



EDITAL
2.º Ciclo
Mestrado em DIREITO TRIBUTÁRIO
2019-2020

Faz-se saber, a todos os interessados, em cumprimento do Regulamento dos Ciclos de Estudos Conducentes à Obtenção do Grau de Mestre da Escola de Direito, aprovado pelo Despacho RT-49/2017, as condições de que depende o acesso ao Curso de

MESTRADO EM DIREITO TRIBUTÁRIO
(4 semestres letivos - 120 ECTS)

1. Número de vagas: 40

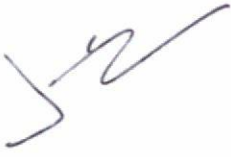
2. Habilitações de acesso

Podem candidatar-se ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre - 2.º ciclo (conforme art.º 6.º do Regulamento dos Ciclos de Estudos Conducentes à Obtenção do Grau de Mestre da Escola de Direito):

- a) Os titulares do grau de licenciado em Direito ou equivalente legal;
- b) Os detentores de um currículo académico, científico ou profissional, que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Escola de Direito como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

NOTAS:

- Os candidatos a que se refere a alínea b) só serão considerados após a seleção dos demais candidatos;
- Para estes efeitos, será considerada como atestando capacidade para a realização deste Mestrado, a titularidade de uma licenciatura que, no mínimo, contenha na respetiva estrutura curricular (i) três unidades curriculares da área científica de

 Direito e (ii) três unidades curriculares relacionadas com impostos (que poderão constar das indicadas atrás);

- O reconhecimento a que se refere a alínea b) tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o seu reconhecimento.

3. Período de candidaturas

1.ª fase: de 10 a 22 de julho de 2019

2.ª fase: 3 a 10 de setembro de 2019 (vagas sobranes)

4. Formalização de candidaturas

A apresentação das candidaturas é efetuada nos Serviços Académicos da Universidade do Minho (SAUM) através do preenchimento de um boletim eletrónico de candidatura.

a) TODOS OS CANDIDATOS devem instruir a candidatura com os seguintes elementos:

- i) Cópia do certificado de habilitações ou certidão de conclusão de curso, com discriminação clara e individualizada das unidades curriculares realizadas e respetivas classificações finais, bem assim como da média final;
- ii) *Curriculum vitae* detalhado;
- iii) Comprovativos das formações complementares e respetivas classificações, quando for o caso;
- iv) Uma carta de motivação;
- v) Cópia de elemento identificativo válido, como o Cartão de Cidadão ou documento equivalente.

b) OS CANDIDATOS PROVENIENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NÃO PERTENCENTES AO ESPAÇO EUROPEU DE ENSINO SUPERIOR (http://www.ehea.info/page-full_members) devem ainda instruir a candidatura com um documento oficial, do qual conste obrigatoriamente

- i) A descrição do sistema de ensino superior do país de origem do diploma, caracterizando a instituição que ministrou o ensino e que conferiu o diploma;
- ii) O percentil, isto é, a posição relativa da classificação final do candidato na lista ordenada de classificações atribuídas no ano em que o estudante obteve o grau, no mesmo estabelecimento de ensino e para o mesmo curso .

ii) O percentil, isto é, a posição relativa da classificação final do candidato na lista ordenada de classificações atribuídas no ano em que o estudante obteve o grau, no mesmo estabelecimento de ensino e para o mesmo curso .

NOTAS:

- Não serão consideradas as candidaturas cujos certificados de habilitações ou certidões de conclusão de curso não contenham as especificações requeridas;
- Os documentos autênticos passados em país estrangeiro consideram-se legalizados desde que a assinatura do funcionário público esteja reconhecida por agente diplomático ou consular português no Estado respetivo e a assinatura deste agente esteja autenticada com o selo branco consular respetivo.

5. Critérios de ordenação

A ordenação das candidaturas admitidas ao abrigo do disposto no ponto 2. do presente edital, cabe à Comissão de Curso, tendo em consideração os seguintes critérios:

- a) Média final da licenciatura ou grau equivalente;
- b) Outros graus obtidos pelo candidato e respetivas classificações;
- c) Classificação, na licenciatura, da(s) unidade(s) curricular(es) de Direito Fiscal (ou equivalente);
- d) Outros fatores de valorização curricular.

6. Divulgação dos resultados

Com base nos critérios referidos, a Comissão de Curso procede à ordenação dos candidatos e elabora uma ata fundamentada da qual constará:

- i) A lista ordenada de candidatos admitidos ao Mestrado;
- ii) A lista ordenada de candidatos admitidos à seriação, mas não admitidos ao Mestrado (os quais poderão ser chamados a título subsidiário, em casos de desistência ou outros); e
- iii) A lista dos candidatos excluídos da seriação.

A ata será homologada pelo Presidente do Conselho Científico da Escola de Direito.

Os SAUM publicitam as decisões relativas à ordenação dos candidatos sob a forma de Edital.

7. Matrículas e inscrições

Os candidatos admitidos ao Mestrado devem proceder à matrícula e inscrição, através do Portal Académico, no prazo fixado no edital.

No caso de desistência expressa da matrícula e inscrição, ou de não realização do procedimento respetivo, no prazo de 3 dias após o termo do período de matrícula e inscrição, os SAUM convocam o(s) candidato(s) subsequentes(s) na lista ordenada, através de notificação eletrónica enviada para o endereço de correio indicado pelo candidato para esse efeito, para procederem a matrícula e inscrição, até esgotar as vagas, no prazo máximo definido pela Escola de Direito.

Os candidatos referidos têm um prazo de 3 dias após o envio da notificação para procederem à matrícula e inscrição.

A admissão apenas produz efeitos para o ano letivo a que se refere o início do ciclo de estudos.

Mais informações:

Telefone: 253 601800/03

Email: pos-graduacoes@direito.uminho.pt

O Diretor do Mestrado



(Prof. Doutor Joaquim Freitas da Rocha)